



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE GUAPIMIRIM  
ESTACIONAMENTO ECOLÓGICO DA GUANABARA

---

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DA APA GUAPIMIRIM E DA  
ESEC GUANABARA  
DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2011**

Aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e onze, às quatorze horas, teve início no auditório da APA GUAPIMIRIM, situado à BR – 493, Km 12,8, município de Guapimirim, a reunião ordinária do Conselho Gestor da APA GUAPIMIRIM e da ESEC GUANABARA. O Presidente do CONAPAGUAPI, Breno, abriu a reunião solicitando a todos os presentes para entregar a documentação citada nos pontos 4 e 5 da pauta da reunião, e caso alguma organização comunitária não tivesse trazido então que fosse encaminhada a APA, para legitimar a participação dos conselheiros. Foram entregues documentos relativos a COMAMEA e a ACAPECA, os demais ficaram de enviar a documentação para a UC. Alexandre da AHOMAR sugeriu que se aguardasse até a próxima reunião o envio da documentação solicitada, cabendo votação se o representante continua no conselho ou não de acordo a documentação apresentada, e este prazo foi aprovada pela plenária. Quanto a minuta de IN relativa à proibição da cata do caranguejo na andada, nenhuma organização trouxe colaborações e/ou comentários. Portanto Breno explicou a importância da minuta ser discutida junto as bases das organizações para manifestações, pois é uma forma de abertura no processo de ordenamento participativo deste recurso. Comunicou que ficaremos aguardando as cartas dando um prazo de 15 dias para as manifestações. Frizou que estas cartas de apoio facilitam a tramitação do processo de ordenamento. Breno passou a palavra para o Chefe da estação Ecológica da Guanabara, Maurício, para expor o Plano de Ação do conselho. Maurício iniciou sua apresentação colocando que este plano foi elaborado durante a capacitação do conselho realizada no PARNASO, em setembro, lembrando que o conselho da APA/ESEC foi o mais representativo nesta capacitação onde estavam presentes os conselhos da APA Petrópolis e PARNASO. Maurício explicou que na capacitação primeiramente foi apresentado e discutido o plano de manejo da APA e num segundo momento trabalharam na confecção do plano de ação do conselho. Maurício então apresentou o plano de ação à plenária para conhecimento e contribuições. Explicou que o plano possui metas, ações, pessoas envolvidas e prazos.

Helano do MPA solicitou que a APA auxiliasse no recadastramento dos pescadores, na identificação dos que realmente atuam na pesca. Breno colocou que isto não é atribuição da APA. Milton da Z9 disse que isto é uma reivindicação antiga e que o MPA está com nova direção. Flávio lembrou que a emissão de novas carteiras de pescador estão suspensa por um ano. Houveram várias colocações a respeito do assunto, pois todos tem consenso que muitos que tem carteira de pescador não o são efetivamente, e Alexandre da AHOMAR ainda levantou que muitos pescadores reais tiveram suas carteiras suspensas por este motivo e qualquer um pode acessar a lista de pescadores no site do MPA, e concorda que a APA não tem esta incumbência de identificação dos pescadores, embora seja uma instituição parceira dos pescadores e uma das mais atuantes na baía. Augusto da APA disse que nós já enviamos ofícios às entidades de pesca para identificação dos pescadores que atuam na Apa, porém até o momento não tivemos resposta. Breno reforçou que esta não é uma atribuição da APA, mas lembrou que o conselho pode ajudar devido às inúmeras entidades da pesca que o compõe e portanto coloca a APA a disposição para abrigar este recadastramento que pode ser num final de semana. Perguntou às entidades quanto tempo elas necessitam para preparar uma lista de seus afiliados e que o MPA teria até semana que vem para marcar uma data para este recadastramento na APA. Foi então acordado que até o fim de dezembro as entidades terão suas listas prontas e então a partir de janeiro o MPA pode agendar a data que lhe convier. Ressaltou que acabamos de firmar um acordo sério e de grande importância para os pescadores, portanto solicitou que todos envolvidos agilizem o que for necessário. Roberto do MPA ressaltou que eles querem fazer o recadastramento da cadeia produtiva como um todo, portanto será necessário a presença dos processadores do pescado também (evisceradores, filetadores, descarnadeiras entre outros). A seguir Breno deu um informe sobre o Encontro de Pesquisa da Rebio Tinguá nos dias 24, 25 e 26 de novembro. Outro ponto de pauta abordado foi o regimento Interno do Conselho, visto que com a publicação do novo conselho da ESEC GUANABARA, foi necessário a alteração do regimento interno, sendo um para cada conselho, conforme encaminhado a cada conselheiro para conhecimento. Na sequência o coordenador do NULOP, Augusto, fez uma breve explanação das ações de fiscalização das UCs e apresentou um protocolo para encaminhamento de denúncias, já em atendimento ao plano de ação. Atualmente a APA conta com telefone 24 horas para recebimento das denúncias. Quanto as ações de fiscalização a relativa a Ilha do Braço Forte que foi embargada, Alexandre disse que quinta feira a ilha estava funcionando e se comprometeu a enviar

fotos datadas do caso para comprovação de quebra de embargo. Enfatizou a importância de ser realizada análise química da espuma que sai do terminal flexível de GNL. Monique da EMATER deu ideia de colocar o protocolo de denúncias no site e agilizar uma forma de ser realizada denúncia por email. MPA se colocou a disposição nestas questões pois o ministério tem interesse de atuar na área ambiental também. Alexandre colocou que tem ouvido dos pescadores que a fiscalização na APA tem surtido efeito e solicitou cópia do AI da Ilha do Braço Forte. Augusto perguntou ao MPA se pode solicitar o apoio do MPA e sua embarcação na fiscalização das Ilhas Cagárras. Breno continuando, informou a criação da câmara técnica de educação ambiental que teve sua primeira reunião esta manhã. Carolina, representante da Agua Doce e integrante da CT, falou como foi a reunião. Maurício colocou que a educação ambiental na APA é custeada pela SOS Mata Atlântica e portanto os projetos que surgirem na CT tem de onde obterem recursos, como para vídeos e cartilhas. Monique da EMATER disse que o assunto é extenso e eles são poucos, pretendem trabalhar com EA formal e também junto às comunidades com temas como saúde, educação e saneamento que são os principais problemas das comunidades. O próximo ponto de pauta foi a apresentação da FIPERJ feita pela Flávia, já como uma das ações do plano de ação. Flávia colocou em que a FIPERJ atua e quais os trabalhos em andamento e citou a dificuldade de se realizar estatística pesqueira de onde se teria o real estado da pesca na baía, porém não possuem coleta de dados em desembarque pesqueiro na APA. Flávia colocou que as causas de contaminação do pescado na baía, vem dos efluentes industriais e domésticos, mas eles não tem pesquisa nesta área. Alexandre disse que este fato é importante pois podem estar vendendo e consumindo peixe contaminado. Flávia respondeu que possuem parceria com a EMBRAPA, mas não para análise de metal pesado, pois o orçamento não permite. Maurício da ESEC falou das pesquisas da VEREDAS que possuem análise de metais pesados em musculatura de algumas espécies em pontos de amostragens nos rios. Citou que é raro a amostra que supera os limites permitidos, apenas sendo relatado para cascudo e bagre no rio Porto das Caixas. Breno solicitou a reprodução dos CDs com o resultado desses monitoramentos e a disponibilização às entidades de pesca, FIPERJ e MPA. Flávio da ACAPESCA perguntou como está a situação do CIPAR?, mas o MPA colocou que ainda é necessário acertar os acessos por mar e por terra pois são precários. Flávia disse que a FIPERJ elabora projetos para aquisição de equipamentos. Rafael da UGF abordou a necessidade de se explicar aos pescadores a importância da realização da estatística pesqueira e portanto da

necessidade dos pescadores disponibilizarem os dados aos coletores, pois muitos não o fazem. Ainda sobre a contaminação dos peixes, AHOMAR colocou que é importante a realização de análises nas espécies tainha, robalo e bagre capturados na baía pois são estas as espécies pescadas pelos pescadores, mas não nos rios. Breno ressaltou a importância da participação do MPA e da FIPERJ neste processo e acha interessante a idéia do Rafael que as próprias entidades entreguem ao MPA dados de produção pesqueira. Monique colocou a importância de se uniformizar a coleta de dados e então que a FIPERJ poderia formatar este formulário para todas as entidades e Breno endossou a proposta. Tatiana sugeriu que se fizesse um treinamento, capacitação dos pescadores além de se alertar quanto a importância do preenchimento do formulário. Os representantes do ministério da pesca solicitaram uma cópia da ata da reunião e da apresentação. Como último ponto de pauta foi apresentado pelo Flávio da ACAPESCA a preocupação dos pescadores com o artigo de jornal publicado no Globo quanto ao transporte de equipamentos pesados para o COMPERJ utilizando o rio Guaxindiba. Breno então fez uma breve exposição do problema, mas que até o momento a APA só havia sido consultada quanto à solicitação de autorização para coleta de sedimento no rio a fim de pesquisa, a qual foi autorizada mas não houve encaminhamento de relatório com os resultados da pesquisa até o momento. Os pescadores se mobilizaram e produziram um documento, após várias reuniões com pescadores de várias localidades, todos se mostrando contrários a questão. Várias ações foram propostas, como para a BR 493, barqueata, movimento em frente ao INEA, bloqueio da entrada do rio entre outros. O conselho deliberou pelo encaminhamento da minuta de ofício produzida pelos pescadores em nome das associações de pesca num primeiro momento e caso necessário se realizar uma reunião extraordinária. Ao final ficou decidido incluir este assunto na pauta da próxima reunião e convidar o INEA e a Petrobras para expor. Malafaia da Cooperativa Manguezal Fluminense perguntou como será o defeso da andada do caranguejo uca e Breno respondeu que será igual ao do ano passado, proibida a cata nos dias de andada sem aplicação de multa. Breno encerrou a reunião solicitando a todos que cumpram com as determinações deliberadas em reunião e nada mais havendo a colocar foi lavrada esta ata que vai por mim assinada.

Em 08 novembro de 2011

---

VIVIANE DE FORMIGA XAVIER LUND  
Secretaria executiva do CONAPAGUAPI